

Nome	Avaliação curricular
Isabel Cristina Assis Andrade de Moura . . . . .	5,80
Jorge Rafael Leal dos Santos . . . . .	5,65
Marcos Miguel Lopes Gomes . . . . .	5,30
Nuno Miguel Mendes dos Santos Amaro . . . . .	5,30
Cristina Fernandes Gaspar . . . . .	4,30

A presente lista unitária de ordenação final foi homologada por despacho, de 23/08/2010 do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto e encontra-se afixada nas nossas instalações e publicada na página electrónica deste Serviço, notificada aos candidatos, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2010.

Lisboa, 27 de Agosto de 2010 — O Vogal do Conselho Directivo,  
*Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros.*

203640126

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

#### Despacho n.º 13927/2010

1 — Ao abrigo dos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 do artigo 10.º da Lei Orgânica do XVIII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, e dos artigos 6.º e 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no uso das competências que me foram delegadas, com a faculdade de subdelegação, pela Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território através do despacho n.º 932/2010 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, de 14 de Janeiro de 2010, subdelego no coordenador do comité executivo da Comissão para as Alterações Climáticas, mestre Nuno Sanchez Lacasta, as competências necessárias para a prática dos seguintes actos:

a) Gestão corrente dos orçamentos da Comissão para as Alterações Climáticas e do Fundo Português de Carbono;

b) Autorização de alterações orçamentais e a antecipação de duodécimos por conta das dotações orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, e da Lei n.º 2/2004, de 30 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, bem como da legislação orçamental complementar aplicável;

c) Autorização de constituição de fundos de maneo por conta do orçamento da Comissão para as Alterações Climáticas até ao montante máximo de um duodécimo da dotação orçamental;

d) Adopção da decisão de contratar e da autorização de despesa inerente aos contratos a celebrar até aos montantes referidos na alínea a) dos n.º 1 a 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, bem como as demais competências do órgão competente para a decisão de contratar previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, nos termos dos n.º 1 a 3 do artigo 109.º do referido diploma legal;

e) Autorização, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da realização de despesas com seguros;

f) Autorização do gozo e da acumulação de férias e aprovação do plano anual de férias dos trabalhadores do comité executivo da Comissão para as Alterações Climáticas;

g) Autorização da ultrapassagem dos limites da duração do trabalho extraordinário fixados no n.º 1 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;

h) Nomeação dos instrutores de processos disciplinares e de processos inquéritos ordenados por membro do Governo que não sejam nomeados no respectivo despacho;

i) Decisão relativa à suspensão preventiva do exercício de funções prevista no artigo 45.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro;

j) Autorização das prorrogações dos prazos estabelecidos no n.º 1 do artigo 39.º e no n.º 2 do artigo 68.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro;

l) Autorização do uso do veículo próprio em serviço oficial, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

m) Autorização do uso de avião nas deslocações em serviço no território nacional, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

n) Autorização de deslocações em serviço em território nacional e ao estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e ajudas de custo, antecipadas ou não, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho;

o) Autorização da inscrição e a participação de trabalhadores em funções públicas em estágios, congressos, seminários, reuniões, colóquios e outras iniciativas semelhantes de reconhecido interesse que se realizem no estrangeiro, nos termos da alínea c) do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 5 de Maio, desde que as deslocações não excedam sete dias e estejam integrados em actividades do comité executivo da Comissão para as Alterações Climáticas.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 31 de Outubro de 2009, considerando-se ratificados, nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados desde a referida data pelo coordenador do comité executivo da Comissão para as Alterações Climáticas, mestre Nuno Sanchez Lacasta, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

26 de Agosto de 2010. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

203638297

### Administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P.

#### Aviso n.º 17359/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torno pública a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (Economia, Gestão e áreas afins) aberto por Aviso n.º 9751/2010, publicado no *Diário da República* n.º 96, 2.ª série, de 18 de Maio de 2010.

#### Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados

Nome	Classificação final	Resultado
Maria João Pereira de Carvalho . . . . .	15,3	Aprovada.
Sónia Catarina Ferreira Duarte de Carvalho . . . . .	11,58	Aprovada.
Andrea de Oliveira Matos Fernandes Mendes Saldanha . . . . .	11,38	Aprovada.
Luís José Falcão Gonçalves Santos . . . . .	11,18	Aprovado.

#### Candidatos excluídos

Nome	Motivo
Adília Catarina Lopes Soares . . . . .	a)
Ana Paula Pinto Ferraz . . . . .	b)
Ângela Margarida Dias Inácio Ferreira . . . . .	c)
Carlos José Benedito Luís . . . . .	b)
Carlos Miguel Campos Silva . . . . .	d)
Isabel Cristina Assis Andrade de Moura . . . . .	e)
João Miguel de Seixas Queirós Costa e Sousa . . . . .	f)
Leonel Fernando Lopes Correia . . . . .	d)
Nuno Miguel Saraiva Cabral . . . . .	g)
Sara Isabel Cancela Rodrigues . . . . .	c)

a) Por incumprimento dos requisitos de candidatura (n.º 8.4, alínea a) do Aviso de Abertura);

b) Por ter obtido valoração inferior a 9,5 valores na Avaliação Curricular (n.º 10.4 do Aviso de Abertura);

c) Por ter RJEP por tempo indeterminado previamente estabelecida na Administração Autárquica, não integrando, por isso o âmbito do recrutamento (artigo 22 da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril);

d) Por não possuir RJEP por tempo indeterminado (n.º 3 do Aviso de Abertura);

e) Por estar em situação de período experimental;

f) Por não possuir habilitações académicas adequadas face às competências definidas para o posto de trabalho (n.º 4 do Aviso de Abertura);

g) Por ter obtido valoração inferior a 9,5 valores na Entrevista Profissional de Selecção (n.º 10.4 do Aviso de Abertura).

25 de Agosto de 2010. — A Presidente, *Teresa Fidélis.*

203639617